



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia
OAB

2º SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Laura, professora da Universidade Pública Estadual do Estado Z (Autarquia Estadual), estava a caminho do refeitório quando ferros estruturais da referida universidade desprenderam do apoio e atingiram sua barriga. Imediatamente, Laura foi levada ao hospital mais próximo, e se submeteu a uma cirurgia às pressas. O diagnóstico identificou que houve a deterioração de 80% seu estômago com a pancada, sendo necessário o uso de remédios de caráter permanente com altos custos.

Após avaliação e perícia no local do fatídico acontecimento, restou comprovado que a universidade foi responsável pela lesão em Laura, tendo em vista que o laudo emitido por perito atestou que os ferros estruturais posicionados a caminho do refeitório, onde Laura foi atingida poderiam desabar a qualquer momento, e não apresentavam segurança alguma.

Em razão de todo ocorrido, Laura ajuizou ação de responsabilidade civil contra a Universidade Pública Estadual do Estado Z afim de pleitear a disponibilização dos medicamentos de uso permanente. Em sede probatória, a Universidade informou o demonstrativo financeiro/orçamento, que demonstrou estabilidade financeira, afastando a alegação de déficit financeiro.

Porém, a referida demanda foi julgada totalmente improcedente em primeiro grau de jurisdição.

O magistrado fundamentou a sentença pela impossibilidade de responsabilização da Universidade Pública alegando que a autora professora da Universidade há anos frequenta o local e que tinha conhecimento da estrutura do prédio precária, determinando ainda culpa exclusiva da vítima, por não ter atenção e afastando a necessidade do fornecimento dos medicamentos em razão da reserva do possível.

Indignada com tal decisão, manejou em segundo grau o conseqüente recurso de apelação. Os autos foram encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado Z e logo após a apresentação das respectivas contrarrazões pela Procuradoria. No Tribunal, os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator julgou improcedente o pleito da apelante monocraticamente sob o fundamento de que o recurso era manifestamente improcedente conforme fundamentos da sentença de primeiro grau.

Não há, na decisão monocrática do Desembargador Relator, qualquer obscuridade, contradição ou omissão que justifique a interposição de Embargos de Declaração.

Logo, Laura, frustrada por não ter obtido êxito com o patrono anterior contrata você para que elabore a peça processual adequada ao reexame da matéria no âmbito do próprio Tribunal de Justiça, indicando o prazo legal para a interposição do recurso e os fundamentos que demonstram os direitos de sua cliente.

Observações: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação. [5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Wladimir, servidor público do Tribunal de Justiça do Estado Alpha, utilizou em proveito próprio bens integrantes do patrimônio do Tribunal de Justiça, tais como: automóvel com combustível para lazer e cartão corporativo para eventos particulares.

Além disso, também restou comprovado que, João e Maria, sabendo da atitude do servidor, se beneficiaram da utilização desses bens em conluio com Wladimir, porém, não possuem vínculo com qualquer ente da administração pública.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

A) João e Maria, mesmo não possuindo vínculo com o Tribunal de Justiça do Estado Alpha, poderão responder por improbidade administrativa? (Valor: 0,60)

B) As sanções, referentes a lei de improbidade administrativa, podem ser aplicadas de forma cumuladas? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Hugo, analista judiciário do Tribunal Regional Federal, por pesquisa feita no próprio site do TRF, encontra seu contracheque acessível para qualquer pessoa verificar. No site, há toda a transparência feita perante o Tribunal aos seus servidores.

Em razão disso, Hugo fica indignado porque o site também tem divulgado outras informações pessoais dele, relativas à sua vida privada e intimidade.

Já Josué, cidadão, pretende colher informações de um contrato administrativo que reputa ter interesse público e o Tribunal Regional Federal nega seu pedido por afirmar existir a necessidade de motivação do pedido.

Considerando essa situação hipotética, as normas sobre a Lei de acesso a Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

- A) Poderão ser divulgadas informações pessoais dos servidores no portal da transparência, relativas à sua intimidade e vida privada? (Valor: 0,60)
- B) Para o acesso à informação de interesse público, a administração pública poderá exigir os motivos determinantes do pedido? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 03

Hércules, estudante de direito, sonha em ser aprovado em um concurso. Faltando exatamente seis meses para concluir a faculdade, o Tribunal de Justiça do Estado Z publica edital de concurso para provimento do cargo efetivo de Analista Judiciário.

O estudante inscreve-se no certame e é aprovado, sendo nomeado dois meses após a sua colação de grau. Porém sua nomeação foi indeferida, razão pela qual a administração fundamenta que Hércules não concluiu o curso de direito no momento da inscrição do concurso, tornando assim, inválida a nomeação.

Na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir.

A) A inscrição no concurso quando ainda não preenchia os requisitos de acesso ao cargo torna sem efeito sua posterior nomeação? (Valor: 0,65)

B) Caso Hércules entre no serviço público, seis meses depois da posse, pode obter licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de dois anos? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 04

Felipe, proprietário de um terreno que está parado há anos, esperando sua valorização, é surpreendido com a notícia que seu bem poderia ser desapropriado.

E, assim, logo após a fase declaratória de utilidade pública realizada pela União, determinada Empresa Estatal Federal, enquanto prestadora de serviço público, ficou incumbida de promover a desapropriação do imóvel de Felipe.

Para tanto, pretende promover a chamada desapropriação amigável ou, caso não se concretize, tomar as medidas judiciais cabíveis para levar a efeito a intervenção do Estado na propriedade.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

A) A Empresa Estatal em questão pode ajuizar a ação de desapropriação? (Valor: 0,65)

B) Existe prazo para o eventual ajuizamento da ação de desapropriação, para o mencionado decreto expropriatório? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Felipe Duque



@FELIPE_DUQUE